

A economia moral dos cuidados: uma reflexão sobre as fronteiras entre dinheiro, afeto e o Estado nas casas de “cuida-se” em Porto Alegre (RS)

Ranna Mirthes Correa¹

Resumo

Neste artigo, a partir da noção de economia moral de Didier Fassin (2015), proponho analisar como a relação entre as cuidadoras, famílias, afetos e Estado, observadas a partir das casas de cuida-se, produzem uma economia moral do cuidado de crianças. Tais relações acionam valores morais que não são fixos e que envolvem diferentes atores, instituições e significados. O presente texto compõe parte da minha pesquisa de doutorado que procura discutir estratégias de acesso à vaga em creches na educação infantil de Porto Alegre/RS, a fim de estar atenta às diversas experiências de cuidado articuladas pelas mães e famílias. Assumo aqui as casas de “cuida-se” como casas de mulheres que “cuidam” de crianças localizadas nas comunidades no Campo da Tuca e no Morro da Polícia em Porto Alegre/RS. A análise aqui empreendida é relevante para discutir como a relação das casas com o Estado estrutura dinâmicas locais diversas na capital gaúcha a partir da articulação dessa população.

Palavras-chave: Cuidado. Casa. Economia moral. Estado. Família.

The moral economy of care: a reflection on the boundaries between money, affection and the State in “caring” homes in Porto Alegre (RS).

Abstract

Inspired by Didier Fassin’s (2015) notion of the moral economy, this text tries to analyze how the relations between the caregivers, families, affections and the state, observed in “caring” homes, produce a moral economy of childcare. Such relationships trigger moral values that are not fixed and that involve different actors, institutions and meanings. This text is part of my PhD research which discuss the strategies for access to childcare opportunities in Porto Alegre/RS, in order to bring to light the various care experiences articulated by the mothers and families. In this text, “caring homes” are homes of women who take “care” for children located in the communities of Campo da Tuca and Morro da Polícia in Porto Alegre/RS. The analysis undertaken here is relevant to discuss how the relationship between houses and the State structures different local dynamics in the state capital from the articulation of this population.

Keywords: Care. Casa. Moral economy. State. Family.

¹ É mestre em Antropologia (PPGAS/UnB). Realiza o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É membro do Núcleo de pesquisa Antropologia e Cidadania (NACI/PPGAS/UFRGS).

Introdução

“Não tem creche. Tem cuida-se. Vou te levar lá embaixo. Tem duas”. Isso é o que mais escuto desde que comecei a subir o Morro da Polícia localizado na cidade de Porto Alegre em 2018. Naquele momento da pesquisa estava tentando seguir as mães, chegar até as famílias, pensar nas dinâmicas que envolvem as relações com as creches, conselhos tutelares, defensoria pública e ainda mais, pensar sobre como as mães se articulavam cotidianamente para cuidar de seus filhos, considerando a dificuldade em encontrar vaga na creche. Essas dificuldades me levaram a examinar temas diversos tais como a falta de vagas em creche, sobre a taxa de crianças matriculadas, regiões da cidade onde esse índice é maior, critérios de distribuição de vagas e lista de espera. Eu, como pesquisadora, estava entre os caminhos da creche e os caminhos do cuidar, se assim podemos dizer. Foi em um desses caminhos que me deparei com uma placa fixada no portão de uma das casas que dizia “cuida-se de crianças”. Naquele lugar funciona uma casa de “cuida-se” liderada por Cida².

Este artigo traça uma discussão sobre parte da minha pesquisa de doutorado que, ao mesmo tempo que intenta discutir estratégias de acesso a uma vaga em creches na educação infantil de Porto Alegre/RS, também pretende investigar as experiências de cuidado de crianças articuladas no cotidiano das comunidades pelas mães e famílias. Em momento anterior, entre 2017 e 2018, acompanhei o trabalho dos conselheiros tutelares ao encaminharem representações referentes às vagas na educação infantil para o Ministério Público até a chegada nas casas de “cuida-se”.

Cuida-se. A princípio, o nome foi o que mais me chamou atenção, não só pela sua rápida e óbvia conexão com o ato de cuidar, mas também porque remete ao que Fernandes (2017) chama em sua tese de “casas de tomar de conta” também presente nas comunidades cariocas. A pesquisadora, em etnografia realizada nos morros da Mineira e São Carlos no Rio de Janeiro em espaços relacionais voltados para os cuidados das crianças, as casas que

“tomam conta” de crianças nas comunidades e as creches públicas, destaca como discursos de uma sexualidade exagerada e fora de hora se constituem como um dos mecanismos de constrangimento e acusação para lidar com a realidade da política pública, em sua incapacidade de atender às necessidades dos outros (FERNANDES, 2017, p.84). Em seu trabalho no qual também adentra os espaços das creches, a antropóloga analisa o papel assumido pelas acusações de uma “sexualidade errada” como forma de gerir os recursos estatais e a produção de escassez contínua. O material aqui analisado não tem a intenção de adentrar nas questões referentes às sexualidades dessas mulheres, por mais que apareçam semelhanças sobre esse aspecto, mas recupero sua pesquisa a fim de pensar congruências e diálogos possíveis que revelem questões centrais para refletir como tais espaços podem ser elementos centrais para a discussão sobre diversas formas de fronteiras e relações dessas mulheres que cuidam de crianças com as práticas estatais.

Não é novidade que cada vez mais as nossas pesquisas sejam levadas a perceber que o Estado, assim como as instituições de justiça não são entes prontos, dados e acabados, como um ente superior e poderoso (MITCHELL, 1999), mas que são constantemente produzidos de forma heterogênea a partir de um conjunto de práticas e moralidades de atores. No caso estudado, por exemplo, são conselheiros tutelares, defensores públicos, juízes, promotores e funcionários das creches que estão lidando diretamente com as famílias. Souza Lima (2012), ao escrever sobre o resultado da interlocução entre estudos do Estado na antropologia reflete como o “fazer” do estado é, portanto, entendido como uma constante e propõe uma valorização nas dimensões de processo, fluxo e performance, perceptíveis nas análises das condutas, na fala, agir e pensar e se apresentar na vida cotidiana (Souza Lima, 2012). Dessa forma, tais processos resultam em formas que não são definitivas, “em processos de subjetificação e de subjetivação que operam construindo e destruindo realidades no plano de vida diária, adquirindo a dimensão de

2 Os nomes das cuidadoras, tanto como das mães e de seus filhos presentes no artigo são fictícios a fim de preservar suas identidades originais.

automatismos, oriundos ou não de imposições emanadas de um corpo administrativo apoiado em leis e normas” (SOUZA LIMA, 2012, p.561).

Nesses termos, o trunfo etnográfico de descrever tais processos de produção contínua do Estado está nas descrições de cotidianos burocráticos, institucionais e interacionais, como o que Philip Abrams (1988) atentou para o entendimento de um estado enquanto projeto ideológico. O autor sugere então romper com uma crença cara nas ciências sociais de que há um “Estado de fato” por trás da máscara ideológica-representacional do Estado (ABRAMS, 1988, p.62). Proponho um diálogo com tais autores nesse texto ao assumir o Estado como um processo e como parte de um conjunto de relações que envolvem diferentes atores, instituições e significados.

Neste artigo apresento nas páginas que seguem a discussão sobre como as casas de “cuida-se” compõem essa trama. Isso porque, concomitante à tentativa de regulamentação de funcionamento desses espaços pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), é possível notar a permanência e atualização dessas práticas não-regulamentadas na cidade. Destaco a importância de refletir sobre como tais regras, normas e exigências também produzem essas fronteiras e margens, ao mesmo tempo em que existe um contexto que escapa de todas essas regulamentações, resiste e se reinventa.

Como bem aponta Fernandes (2017, p.61), o acesso à creche se desvela como um dos aspectos mais problemáticos da forma como os processos de estado, a partir de suas administrações, se relacionam com as demandas da população que vive nas periferias urbanas. Inserida nessa temática, apresento três casas de “cuida-se”: as casas da Tia Cida, Tia Sueli e Tia Juana, onde estive desde o mês de abril de 2019. Assumo aqui que tais casas de “cuida-se” são locais onde mulheres “cuidam” ou “tomam conta” de crianças em suas próprias casas localizadas no Morro da Polícia e no Campo da Tuca em Porto Alegre. Portanto, este texto analisa como a relação entre as cuidadoras, as famílias, os afetos e o Estado, observadas a partir das casas de cuida-se, produzem uma economia moral do cuidado de crianças, ao mobilizar moralidades diversas envolvendo diferentes atores,

instituições e significados. A leitura da noção de economia moral, como aponta Fassin (2015), equivale a entender como valores e afetos são produzidos, circulados, e são apropriados ao redor de determinada situação que a sociedade constrói enquanto um problema.

Claudia Fonseca (1995) já descreveu formas múltiplas de “criar”, de tomar de conta, presentes na organização dos cuidados nos grupos populares em seu clássico estudo sobre circulação de crianças durante os anos 80 e 90 na capital gaúcha. A pesquisa de fôlego da antropóloga apresenta como a maneira em que essas crianças circulam em diversos espaços de cuidado, desconstrói uma prevalência da consideração da família nuclear como norma hegemônica e passa a alertar para a possibilidade de existência de dinâmicas familiares alternativas, em que a circulação de crianças seria um exemplo dessas formas. Ao revisitar a discussão sobre a circulação de crianças e refletir sobre a presença da família estendida na época atual, é possível também perceber a presença de cuidadoras pagas, vizinhos, avós e demais parentes envolvidos nessa modalidade de cuidados das crianças. Assim como a circulação de crianças é, de acordo com Fonseca, uma das modalidades de criação presente na longa duração de cuidado, as casas de “cuida-se”, bem como as Casas de tomar conta discutidas por Fernandes (2017), se constituem como mais uma destas modalidades de criação de crianças.

Relações familiares perpassam esse universo: relação entre as cuidadoras e as crianças cuidadas, relações dentro da própria família das cuidadoras, relações entre as diversas famílias envolvidas no cuidado de cada criança. Desde abril de 2019 estive dentro das casas das Tia Juana, Tia Sueli e Tia Cida e pude acompanhar suas rotinas de cuidar por 8 meses, uma vez por semana em cada espaço. “Tia” tem sido a forma como as mulheres são conhecidas e assim tomam forma ao longo do texto. Cada uma das casas estabelece sua rotina acerca de questões como idade das crianças, quantidade, horários, valores e acordos. Dito isso, considero pertinente nesse momento olhar mais atentamente para esses espaços.

Por dentro das casas

A casa da Tia Cida é um sobrado de dois andares com um portão de grades de ferro onde fica a placa “cuida-se de crianças”, cada letra escrita com uma cor diferente. Ainda da rua é possível ver vários brinquedos infantis logo em frente da porta da casa térrea no mesmo terreno, que pertence à sua mãe. É preciso subir uma escada externa para chegar até a sua casa que não é muito espaçosa, onde as crianças dividem espaço no sofá da sala para a soneca da tarde. A cozinha faz parte da sua descrição como um lugar que agrega as duas casas, uma vez que as refeições tanto das crianças quanto dos seus filhos são preparadas no mesmo lugar, chamadas por ela de “comida de creche”. Ela é casada, com 38 anos e tem três filhos com as idades de 14, 9 e 7, respectivamente, frutos de seu casamento de 20 anos com Marcelo. O “cuida-se” funciona dentro da sua própria casa há 12 anos, quando ficou desempregada. Enquanto ainda recebia o seguro-desemprego, sua prima teve gêmeos e precisou de ajuda. E assim, “quase sem querer” e quando menos percebeu, já estava cuidando de cinco crianças.

O número de crianças que ficam sob os seus cuidados sempre oscila, bem como a idade. Dez crianças é o seu próprio limite em função da falta de estrutura. Cida conta com a ajuda da mãe que, por morar no andar de baixo, ajuda com as crianças como pode, mesmo com problemas de saúde no pulmão. Por ela estar sempre presente em casa, as crianças que permanecem por um período mais longo acabam por chamá-la de *vó*. O período de permanência das crianças nas casas é de 7hrs até as 19hrs pelo valor de 300 reais. A partir disso, os acordos variam com cada família, seja por meio período, diária, ou desconto pela quantidade de irmãos. Além desse valor, Cida pede que as mães enviem uma mochila com alimentos como leite, bolacha, fralda, fruta, lenço umedecido. Apesar de entender que na região nem sempre as famílias “têm condições”, a cuidadora entende que “o combinado não sai caro” e reforça a importância do diálogo para que possa entender as particularidades de cada uma.

Assim como Cida, Sueli também trabalha na sua casa e a garagem funciona como o espaço para as brincadeiras. Com mais espaço, as mesinhas coloridas com cadeiras dividem o lugar com outros brinquedos, e a TV que sempre ficava ligada. Seu interesse em cuidar de crianças surgiu junto à maternidade, por ser “uma mãe que precisa”. Como teve dificuldade em encontrar alguém para cuidar da sua filha, hoje já com 22 anos de idade, se empenhou ainda mais em seguir com esse trabalho. Contadora de formação universitária e, apesar de ter trabalhado 10 anos na área de contabilidade, foi a partir da maternidade que foi aguçando o prazer que tinha em cuidar de crianças. Hoje, com quatro filhos adultos, ela também tem quatro netos. O abandono do trabalho de escritório para trabalhar em creches veio acompanhado com a sua formação universitária em pedagogia e a paixão pelo trabalho.

Sueli também não deixa de fora o amor e o zelo que tem pela profissão e de como já trabalhou em várias outras creches antes de ter o seu próprio espaço. Sublinhando o desafio de cuidar de crianças na própria casa, afirma que o seu limite enquanto “cuida-se” é de até 9 crianças, o número que explica ser permitido pela Secretaria Municipal de Educação. A cuidadora mora no mesmo endereço há 27 anos com o marido e o “cuida-se”, aberto desde 2010, já teve várias configurações. Assim como Cida, tem a mesma preocupação em falar que é o “mesmo cardápio das creches da SMED”. Para além disso, impossível não notar certa similaridade entre essas duas cuidadoras. Apesar de mais madura, sua pele clara marcada pelos seus cabelos loiros despertava certa semelhança entre as duas, além da coincidência de serem evangélicas, característica que também pode ser encontrada na Tia Juana.

Diferentemente das outras duas cuidadoras, Juana não morava no mesmo lugar em que cuidava das crianças e alugava o espaço há 1 ano. Casada há 30 anos e com 4 filhos “já criados” revela que apenas o mais novo, com 17 anos, ainda mora com ela há algumas ruas acima dali. Por vezes, ficava a impressão de que não havia ninguém por ali, pois o portão, as portas e as janelas estavam sempre fechadas. O espaço da casa era dividido

em quatro cômodos, no qual o espaço destinado para as brincadeiras era o elo entre a cozinha e a parte nos fundos da casa, onde ficava a maioria das crianças espalhadas pelo sofá atentas ao conteúdo da televisão.

Entre balançar o carrinho e lidar com a briga e luta das crianças pelos brinquedos na outra sala, Juana – de pele branca avermelhada do sol com seus cabelos loiros compridos que caíam sobre os ombros onde descansava um pano sempre a postos para limpar o que precisasse - conta que cuida sozinha de 14 crianças, variando entre bebês de colo e crianças maiores em meio período após a escola. Assim como nas outras casas, esse número varia na medida em que o mês passa. Ora mais, ora menos. Assim como Cida, foi “por acaso” que começou a cuidar dos “filhos dos outros”. Uma amiga uma vez pediu um favor para que cuidasse da sua filha por um dia e foi uma questão de tempo até que a notícia se espalhasse na comunidade. Quando “pisou os olhos” estava com 23 crianças dentro de sua casa.

Tal acontecimento a impulsionou a procurar um espaço apenas para isso, a fim de preservar a sua intimidade e os seus móveis intactos. Com o valor de 200 reais mensais por criança aponta que todo o pagamento do trabalho é destinado para suprir os gastos da casa, sem contar com os “calotes”. Por ter experiência em cuidar de crianças, a cuidadora também precisa sentir o apoio dos pais em confiar no seu trabalho, uma rotina de cuidado que dura 12 horas por dia. Por essa razão, decidiu não cuidar de crianças durante a noite ou finais de semana, ao contrário de Sueli. Essa foi a alternativa que encontrou para que sua vida não se resumia em “cuidar do filho dos outros”.

A partir dessa breve descrição da organização das casas, retomo a noção difundida entre as cuidadoras sobre o número limite de nove crianças permitido para um “cuida-se”. Apesar de não existir legislação específica a respeito da regularização e

funcionamento das casas de “cuida-se”, a Resolução nº3/2001 do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA) estabelece normas para a oferta de Educação Infantil do Sistema Municipal de Educação, no qual estabelece³:

Art.2 – A educação Infantil constitui-se em ação pedagógica intencional, caracterizada pela indissociabilidade entre cuidar e educar, considerando as vivências socioculturais das crianças;

Art.3º São consideradas como instituições de Educação Infantil todas aquelas que desenvolvem cuidado e educação de modo sistemático, por no mínimo quatro horas diárias, a dez crianças ou mais, na faixa etária de zero a seis anos, independentemente da denominação das mesmas e, portanto, submetida à normatização pelo Sistema Municipal de Ensino. (...) Dessa forma, o Conselho afirma que todas as atividades sistematicamente desenvolvidas com crianças, na faixa etária de zero a seis anos, mediadas por educadores, em espaços coletivos formais, embasadas em uma rotina com ações individuais ou coletivas diárias, propiciando situações de cuidado, brincadeira e aprendizagem de forma integrada, constituem uma ação pedagógica, que caracteriza a instituição que a oferecer como de educação infantil. Consequentemente todos os estabelecimentos que trabalham com dez ou mais crianças nesta faixa etária, qualquer que seja a denominação e /ou razão social adotada, são considerados como de Educação Infantil. O atendimento oferecido a grupos de crianças, em espaços designados como “cuidam-se de crianças” será objeto de estudos futuros deste Conselho (Resolução nº003/2001 CME/POA).

No momento em que o “Estado”⁴ bate à porta, vale pensar como, tais normas e legislações, por meio da burocracia, classificam o que é “de fora” para “dentro”, em tornar o não conhecido em legível, em conhecer e codificar tudo o que ocorre no seu território – e também em suas margens.

3 Disponível em <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/refantil.pdf>. Acesso em 10/07/2019.

4 Nesse texto, a palavra “Estado” aparece entre aspas por se referir à forma como as cuidadoras comentam sobre as visitas dos funcionários da prefeitura municipal para fiscalização em suas casas ou para se referirem às “creches do estado”. Dessa forma, o “Estado” é entendido como uma fabricação discursiva, assim como Vianna e Farias (2011) entendem em artigo que analisa as articulações políticas das mães em casos de julgamento da morte de seus filhos pela violência institucional (Ver Vianna e Farias,2011).

Após entender sobre o estabelecimento de normas e regras de funcionamento a partir das resoluções do Conselho Municipal de Educação, bem como a mudança de entendimento sobre a regularização de espaços como as casas de cuida-se entre os anos de 2001 e 2014, proponho considerar a atuação das casas de “cuida-se” nas margens do “estado”, conforme discutido por Veena Das e Deborah Poole. Para tais autoras, as margens do estado se configuram, a partir de certo modo de agir praticado pela burocracia estatal sobre populações, grupos ou corpos na gestão de determinado território. Na busca por repensar o estado por meio das práticas e das políticas de suas margens sociais ou territoriais, as margens seriam locais nos quais o direito e outras práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação, por outras normas, outros valores aos quais emanam das necessidades urgentes da população para assegurar a sobrevivência econômica e política (DAS; POOLE, 2004).

Os artigos da resolução do CME/POE citados anteriormente estabelecem que “todos os estabelecimentos que trabalham com dez crianças ou mais nesta faixa etária, qualquer que seja e/ou razão social dotada, são considerados como de Educação Infantil”. Embora esse contexto seja marcado por muitas incertezas de informações sobre as normas que regem o funcionamento dos “cuida-se”, as cuidadoras relatam que os funcionários da prefeitura ao longo da visita, informam que até 9 crianças é o limite. Em nova resolução referente ao ano de 2014 (Resolução nº15/2014 do Conselho Municipal de Educação⁵) ao estabelecer normas para a educação infantil no Sistema Municipal de Educação de Porto Alegre, o texto informa que:

Todas as atividades sistematicamente desenvolvidas com crianças na faixa etária de zero a seis anos, mediadas por professores em espaços coletivos formais, embasadas em rotinas com ações individuais e/ou coletivas diárias, propiciando situações de cuidado, brincadeira e aprendizagem de forma integrada,

constituem-se em ação pedagógica, as quais caracterizam a instituição que oferece a Educação Infantil. (...) O ato de educar/cuidar é uma relação indissociável na ação pedagógica e está presente em todas as interações do adulto com a criança e dela com o adulto, ou seja, está presente em todas as relações do cotidiano com as crianças. A perspectiva do educar cuidando é a compreensão de que não há ação pedagógica dissociada do sentido do cuidado. Cuidar é ato protetivo, assistido, complementar, perpassando diversas experiências de contato, diálogos e informações que se configuram em momentos significativos de interação pedagógica e de aprendizagem. Portanto, todos os profissionais que atuam diretamente com a criança em ambientes pedagógicos coletivos não podem perder essa premissa. (Resolução nº15/2014, CME/PoA, p.13 e 14).

Diferentemente da resolução nº 3/2011 apresentada na página anterior, o trecho acima não diz respeito à regulamentação referente ao número de crianças por instituições de educação infantil, mas sim informações sobre o entendimento do tipo de atendimento realizado para crianças de zero a seis anos de idade. O parecer do CNE/CEB nº7/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, também aprofunda essa concepção ao afirmar sobre a necessidade de considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade. A partir do entendimento de que a educação básica, uma vez centrada no estudante, o cuidar e o educar iniciam-se em ações destinadas a crianças a partir de zero ano, discuto adiante como a atuação das cuidadoras informam suas percepções sobre o cuidar e o educar.

“Quem paga tem que confiar que eu vou cuidar”: entre o cuidado, o dinheiro e a intimidade

⁵ Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/refantil.pdf> Acesso em 10/07/2019.

A fala acima é de autoria de Tia Juana ao falar sobre a importância da confiança das mães⁶ para cuidar de seus filhos. Não somente por acreditar na importância de a criança se acostumar com a ausência da mãe, mas também por não querer que os pais vejam a “liberdade com limites” que rege o funcionamento da sua casa. Sua preocupação está ligada ao fato de os pais acharem que ela “não cuida direito das crianças”, por isso repete que “quem paga tem que confiar que eu vou cuidar”. O pagamento de uma mensalidade pressupõe que um acordo de confiança sobre o modo de cuidar seja estabelecido entre as mães e as cuidadoras. Nesse sentido, as noções de “cuidar” e “cuidar direito” assumem expectativas de um “bom cuidado” que podem ou não estar relacionados com o dinheiro.

Apesar de Sueli sempre retratar o seu trabalho como reflexo de amor e zelo, relata ser complicada a relação com as famílias quando se trata de negociar sobre o que denomina “cuidar direito”. A cuidadora relata como “as mães não querem pagar e ainda querem xingar e exigir por cuidados”. Em sua obra “A negociação da intimidade”, a socióloga Zelizer (2011) escreve como coexistência de fluxos econômicos e íntimos se complementam e questiona que aspectos como o dinheiro e o amor, trabalho e favores, por exemplo, estejam localizados em esferas separadas ou em “mundos hostis” (ZELIZER, 2011). Entre situações diversas que envolvem situações de cuidado elencadas pela autora como presentes entre namorados, empréstimos de pai para filho, disputa de herança, a ajuda remunerada nos cuidados de uma criança aqui discutida também aparece. O trabalho realizado pelas cuidadoras ao mesmo tempo em que é considerado uma atividade econômica, no qual as relações com as famílias são perpassadas também pelo dinheiro, não anula sentimentos, afetos e emoções envolvidos nas práticas de cuidar. Mesmo que gerir atividades econômicas junto a relações íntimas não seja uma ação que esteja livre de constrangimentos e constantes negociações, como aponta a autora (ZELIZER, 2011).

Sobre o pagamento, destaco que Cida assim como Juana, a fim de evitar prejuízos, costumam trabalhar com o pagamento de caução. Funciona assim: a mãe paga o valor acordado no primeiro dia, antes mesmo da criança entrar na casa, recebendo um recibo em troca. “Ela paga para eu cuidar, nessa ordem”, Cida explica. Tal atitude resulta da frequência com que as mães desaparecem sem realizar o pagamento depois de um mês, com seus filhos sendo diariamente “cuidados e alimentados”. Falar sobre os pagamentos também implica falar sobre os “calotes”, que pode ser entendido como comportamento desonesto com a intenção de enganar alguém. Cida reclama que o “problema não é o dinheiro. O problema é não conversar comigo e depois me dá o calote”. Desaparecer, na verdade, não é o que de fato acontece. De um jeito ou de outro, um reencontro acaba acontecendo, seja na rua ou nas esquinas da comunidade, onde muitas mães “viravam a cara e mudavam de calçada” quando a viam. As mães que conseguem pagar por uma cuidadora geralmente trabalham como vendedoras no varejo, padarias ou supermercados, diaristas e empregadas domésticas.

Tais encontros, desencontros e reencontros são possíveis porque as mães tomam conhecimento do trabalho das cuidadoras levado de “boca a boca” na vizinhança. Essa proximidade permite que as cuidadoras conheçam as famílias e aceitem (ou não) cuidar das crianças. Ouvi-las falar sobre o seu trabalho traz detalhes sobre a história de vida das crianças e suas impressões sobre a sua relação com a família. Por mais que tais negociações sejam realizadas considerando os gastos com as despesas envolvidas na rotina de cuidado, além da fonte de renda, as cuidadoras também negociam valores e acordos considerando as particularidades e condições de cada família. Uma vez que a maioria das famílias recebe em média um salário mínimo por mês, as cuidadoras entendem como o seu preço e a necessidade de as mães terem que trabalhar é um desafio para as famílias. A experiência da maternidade e a cumplicidade presentes no fato de saber a importância de ter alguém para cuidar

6 Apesar de as mães serem as responsáveis por negociar os valores e horários com as cuidadoras, cabe ressaltar que pais, avós, padrinhos e vizinhos também participam da relação com as cuidadoras para levar ou buscar, por exemplo, desde que devidamente acordado com as cuidadoras.

do seu filho aparece cada uma a sua maneira, em cada uma das “tias” na tentativa de “não deixar ninguém na mão”. Expressões como “eu sou muito coração”, recorrentes na fala da Tia Sueli, por exemplo, ao mesmo tempo em que estabelecem novos acordos seja pela renegociação de valores, outros cuidados por favores ou por pagamento extra, também acabam por afetar a intimidade das suas casas.

“Criando muito amor”

Sueli fala sempre de Cauã, menino de dois anos que mora perto de sua casa e a quem tira da cama todos os dias, dá seu leite pela manhã, dá banho e depois o leva para casa junto com ela. Marlene trabalha como diarista e acordou com Sueli esse cronograma para que pudesse trabalhar e ter como sustentar sua família e consiga buscá-lo no final da tarde. Para que essa dinâmica funcione, Sueli fica com a chave da casa de Marlene para evitar que Cauã acorde às 6hrs da manhã, horário em que ela sai para trabalhar. A cuidadora relata que esse tipo de atenção tem um custo, e em tom de segredo, comenta que mesmo sem questionar a escolha das mães, um dia ou outro, encontra Marlene a caminho do ponto de ônibus quase ao mesmo horário em que ela está chegando em sua casa para pegar o garoto. Por mais que Sueli enfatize que esse tipo de “cuidado tem um preço”, ela também reafirma o seu comprometimento pessoal em cuidar de crianças e de como isso se reflete na relação de intimidade que estabelece com as mães. Tais relações de intimidade a fazem lembrar da época que morava no mesmo terreno onde hoje é a sua casa, só que a entrada era pelo andar de baixo, do outro lado da rua, diferente do que é hoje. A mãe deixava o seu filho Breno, ainda bebê, diretamente na sua cama quando saía para trabalhar como empregada doméstica. Sobre Breno, Sueli comenta:

Pra tu ver o tamanho da intimidade: ela abria a porta do meu quarto bem cedinho às 6 da manhã para deixar seu bebê na minha cama, praticamente entre eu e o meu marido. Eu já deixava a porta aberta. Só para você ter uma ideia de que eu fazia de tudo para ajudar, porque

ela não tinha com quem deixar a criança e ela precisava trabalhar. Por isso que eu digo que intimidade é bom e não é. Porque você acaba misturando as coisas e eu acho que eu deveria ser mais profissional. Porque tudo isso é muito invasivo e não tem nenhuma privacidade, mas não consigo dizer não. Eu sou muito coração e não posso negar.

Sueli afirma que, na maioria das vezes, a linha entre o seu trabalho em casa e sua intimidade é bastante tênue, o que dificulta a imposição de certos limites com algumas mães sobre condições do trabalho de cuidar. Mesmo ciente de que, para as “mães que precisam”, a rotina pode ser flexibilizada, Sueli destaca que algumas mães acabam “abusando da sua boa vontade” ao misturar favores com o seu trabalho. De certo modo, para Sueli e Cida que moram no mesmo lugar em que cuidam das crianças, a intimidade da casa está sempre tomada por crianças e resulta na convivência com seus parentes, filhos e companheiros. Até mesmo Juana, que apesar de não trabalhar na mesma casa onde mora, demonstra que sua privacidade acaba sendo tomada por estar envolvida integralmente em “cuidar do filho dos outros”.

Sueli admite que apesar dos altos e baixos que esse trabalho envolve, também acaba “criando muito amor” pelas crianças. Sua relação tanto com as crianças quanto com as mães é definida “como se fosse uma família, é na base de muito amor e de muito carinho. Sou como uma avó para essas crianças”, ela faz questão de dizer. Juana menciona sempre como a sua ligação com os bebês é muito próxima. Amanda, hoje com dois anos e quem Juana cuida desde os quatro meses de idade, a chama de “mamãe”. Ciumenta com as outras crianças e reservada sempre com as suas próprias brincadeiras, Juana precisa se desdobrar para dividir sua atenção. E assim costuma acontecer com irmãos e, também, com outros bebês que disputam a sua atenção e o seu colo. O envolvimento da pesquisa até o momento pressupõe como a prática do acolhimento domiciliar e a incorporação de filhos alheios nos arranjos domésticos pode ajudar a recriar a noção de família (MORENO, 2007) nas casas de “cuida-

se”, na qual o cuidado infantil se configura como uma boa oportunidade para construção de relações de parentesco (MACALLUM; BUSTAMANTE, 2012, p.241.)

A discussão feita até o momento reacende discussões clássicas na área de estudos das famílias brasileiras que se afastam da possibilidade de um único modelo familiar, em que só um modelo era contemplado – patriarcal ou nuclear – (ver CORREA, 1981). A partir da década de 90, as pesquisas dos cientistas sociais apontam modelos familiares diversos para as diferentes classes sociais (SARTI, 1995; BILAC, 1995) que se aproximam da complexidade das relações familiares na sociedade atual. Fonseca (1995) já apresentou formas múltiplas de “criar” presentes na organização dos cuidados nos grupos populares em Porto Alegre no seu clássico estudo sobre circulação de crianças. Ao desvelar a noção de que “mãe é uma só”, a antropóloga apresenta outras mães, pais e avós, envolvidos que se tornam referência de afeto, compromisso e obrigações de parentesco (FONSECA, 2000; 2002). Ao fortalecer diálogos com tais estudos, em trabalho interessado em discutir o cuidado de crianças realizado entre redes de amigos, crianças, parentes e vizinhos no Morro do Palácio em Niterói, Fernandes (2011) observa como as relações de cuidado exprimem um parentesco que se realiza a partir do convívio, da intimidade e da relacionalidade. Nas casas de cuida-se, o jogo de expectativas em torno de um bom cuidado, bem como a divisão de um espaço doméstico cria uma familiarização das relações entre as cuidadoras e as crianças, transformando essas mulheres, assim como apontou Fonseca (1995) em referências de afeto e parentesco.

A preocupação com a alimentação das crianças também decorre da relação entre trabalho e intimidade. Cida, Juana e Sueli são as responsáveis por prepararem a comida em suas casas. A relação que cada uma faz com o cardápio diário das crianças com “comida de creche” indica a atenção à alimentação que está inclusa no valor pago mensalmente pelas famílias. A indicação para as mães de que cada criança sempre traga algo para complementar na sua alimentação, como leite com achocolatado, bolacha e iogurte, reflete uma

cobrança moral - a divisão de responsabilidades tanto da família quanto da mãe em relação ao que a criança come ao longo do dia. E a mulher que cuida deve estar atenta aos horários de cada refeição de cada um. Tia Juana se mostra sempre alerta aos horários diferentes que as crianças chegam e que as crianças vão embora, para que as crianças não retornem para casa sentindo fome e os responsáveis pensem “que as crianças estão passando fome”.

O fato de a criança estar bem alimentada tem a ver com o fato de ela ser bem cuidada, em que a fome pode ser vista como um critério de avaliação e sinal de cuidado, mas não somente. Nesse caso a comensalidade e o ato de comer também cria um vínculo. Nesse sentido, o compartilhamento íntimo do espaço, da comida e da criação apontam para a feitura doméstica do parentesco e da família. Estudos recentes do parentesco na Antropologia enfatizam como as práticas de cuidado, sobretudo a alimentação e a partilha de comida, são fundamentais para produzir relações de parentesco em diversos grupos. Carsten (1995) demonstra em sua etnografia em Pulau Langkawi como a comida cria pessoas tanto no sentido físico, como a substância – o sangue – por meio do qual elas se relacionam ao morar junto.

Refletir sobre o dinheiro, intimidade, confiança, convivência, cuidado, criação e alimentação são aspectos que fazem famílias dentro desses espaços. A comida, enquanto potência transformadora está associada diretamente ao doméstico e ilumina sua extensão semântica (ver MARQUES e LEAL, 2018). Marcelin (1999) sugere que uma antropologia da experiência familiar nas classes populares, que toma como foco a casa e suas implicações na produção dos laços sociais, pode ajudar a superar as dificuldades das antropologias regionais e nacional a considerar seus objetos em contextos específicos. Ao analisar a linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano, Marcelin (1999) descreve a casa não somente como um bem familiar, mas como uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade, no qual valores e práticas familiares se constroem de modo variável. Nesse sentido, a casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas, fazendo parte de uma configuração de

casas (MARCELIN, 1999, p.36). Para Marcelin, a casa e o seu processo de construção, tanto presume como produz os vínculos familiares. A descrição de casa pelo autor está ligada à produção de corpos, de pessoas e de relações, conforme Carsten e Hugh-Jones (1995), e não a partir de uma prioridade do parentesco consanguíneo.

Em etnografia que aborda as concepções e as práticas locais de educação, criação e produção de conhecimento entre moradores, professores e estudantes de uma escola em um bairro na periferia de São Paulo, Arco Neto (2017) escreve como as casas não são, portanto, entidades estáticas, mas dinâmicas, cuja construção é sempre contínua (ARCO NETO, 2017.p.75). A casa abriga, acolhe, atrai, amansa, gera, cria, e não apenas como um lugar, mas como um agente que envolve afetos, uma segurança econômica e a garantia de privacidade entre os membros residentes. No limite, a casa é imagem e fábrica de família (ARCO NETO, 2017). Em seu trabalho, o autor propõe um deslocamento analítico de uma literatura anterior que destaca a união e a solidariedade entre as casas ao destacar a importância de também considerar a distância entre elas. Dessa maneira, para Arco Neto (2017), a casa acompanha o desenvolvimento dos filhos, sendo no contexto analisado, sobretudo pela casa e pela palavra, seja por conselhos, broncas, narrativas ou por memórias que uma pessoa é produzida. Esse aspecto é fundamental para discutir a relação entre “cuidar” e “educar” mais à frente.

Tais etnografias (MARCELIN,1999; ARCO NETO,2017) reverberam no trabalho realizado pelas cuidadoras nas casas de cuida-se e reitero a impossibilidade de abordar a casa sem considerar sua arquitetura e seu processo de construção. Entre dividir a sala de sua casa no mesmo terreno da casa da mãe (Cida) e dividir o espaço da garagem com a rotina da sua família e da casa do seu filho que fica no andar de baixo (Sueli), considero pensar tais espaços enquanto dinâmicos que extrapolam a materialidade das paredes, compostos por múltiplas relações que produzem vínculo de família concomitante a criação de dilemas sobre a intimidade e a falta de privacidade. Portanto, o trabalho das cuidadoras ultrapassa as portas dos “cuida-se” e caminha até as casas de suas famílias

através dos relatos das crianças. Assim como ronda a vizinhança, pelos becos e ruas traçando outras rotas.

Além dos limites da casa

Até o momento apresentei informações referentes à organização interna e a composição das casas das cuidadoras para refletir como tais espaços podem ser entendidos como um dos componentes dessa rotina de cuidado. No entanto, Tia Sueli realiza outras atividades que extrapolam as paredes da casa e que envolvem outras pessoas. O seu trabalho de “cuidar” de quatro crianças envolve, além da permanência na casa, levar e buscar na escola, acompanhar em consultas, ajudar no dever de casa, participar de reunião de pais e professores. Em um desses trajetos, Sueli conheceu a psicopedagoga de Arthur, uma das crianças que acompanha a toda e qualquer atividade externa. A conversa com a profissional a fez refletir sobre o seu trabalho e sobre o fato dela fazer muito mais do que “só cuidar”. Afinal de contas, as crianças passam mais tempo com ela do que até com a própria família. A ideia levantada por Sueli sobre o fato de “só cuidar” conecta com o que Tia Cida aponta como a diferença entre cuidar e educar. Cida explica que, apesar de estar atenta ao fato de ter que estabelecer algumas regras para o convívio diário das crianças, ela “não tem como garantir que está educando e sim que está cuidando”. A cuidadora relata:

Já me perguntaram se eu não queria fazer um curso de pedagogia e eu sempre digo que não. Não tenho interesse. Eu gosto mesmo é de cuidar de criança e não educar. Isso eu acho que já são os pais que tem que fazer. Na verdade, eu acho mesmo que cuidadora tinha que ficar com crianças de até três anos e depois disso tinha que ser na creche mesmo. Porque a partir dessa idade a criança já está falando todas as palavras, já precisa saber os limites, aprender a ter rotina, as palavras e a falar, coisa de creche mesmo, porque eu não tenho como fazer isso. Para educar é preciso ter toda uma estrutura, ter experiência e eu não tenho nada disso. Eu posso cuidar.

Nesse momento, aponto como o “cuidar” também informa sobre o “educar” e sobre o “corrigir. No trecho acima, Cida define o que faz em oposição à educação institucionalizada pelas creches e escolas públicas ao tomar o Estado como parâmetro. Retomo a ideia de que a casa é como um filho, que acompanha o desenvolvimento dos filhos e onde que uma pessoa é produzida, conforme descreve Arco Neto (2017). Assim, as casas de cuida-se, além de meras construções ou espaços onde as crianças ficam enquanto suas mães trabalham, podem ser vistas como “casas que são por excelência um lugar de criação de pessoas, processo que envolve nutrição, conhecimento, proteção, memória, afeto, partilha e dádivas entre aqueles que fazem parte delas, assim como presume relações com outras casas e com o mundo” (MARQUES; LEAL, 2018, p.41). Mais do que pensar sobre as diferenças entre educar e cuidar, enfatizo como as casas de ‘cuida-se’ se relacionam com as famílias pela comida, pelo afeto, pelo cuidado e pelo tempo do mesmo modo que concomitantemente compõem o processo de criação dessas crianças em diversos espaços.

A partir da relação com as famílias, tais espaços mobilizam um conjunto de moralidades. Sueli, por exemplo, supõe que atualmente as mães são “ausentes” e afirma que as mulheres têm que estar mais atentas ao que acontece na sua casa. Ao comentar sobre a crescente falta de responsabilidade e atenção das mães com os seus filhos, Sueli enfatiza como essa situação ainda a coloca em uma posição de impotência de alguém que “não pode corrigir no ‘cuida-se’, o que não é corrigido em casa”. Sem intenção de me aprofundar sobre o assunto, vale considerar como o corrigir aparece como uma forma de educar que é diferente e que é constantemente negociada entre as mães e as famílias. A partilha sobre a ideia de educar relacionada à educação formal, institucionalizada ou familiar evidencia entre as cuidadoras esse lugar “entre” educar e cuidar, mobiliza um conjunto de moralidades das mães sobre qual o papel da família na educação.

Apesar de não ter a intenção de tratar mais profundamente sobre religião neste artigo, considero importante refletir como o pertencimento

dessas cuidadoras a uma comunidade religiosa pode influenciar na forma como elas analisam e percebem as atitudes das mães. Em diversas situações as cuidadoras comentam sobre a predominância da mulher em ser responsável pelo cuidado da casa e da família e como pagam para que outra mulher faça o que ela deveria fazer. A quantidade de filhos e a sexualidade das mães também é acionada nas negociações dos valores das diárias e mensalidades. “Mas também nunca param de ter filho e cada um de um pai diferente” são falas que surgem em diversas situações, principalmente ao exigirem cuidados através do pagamento.

Suas noções de família aparecem ligadas à sua própria trajetória de vida marcada pelo casamento, pela continuidade da relação e pelo fato de elas mesmas terem cuidado dos seus filhos, sem delegar para outras mulheres, se dedicando à casa e à família. “Para que quer ter filho se não quer cuidar”, informa tanto sobre a sexualidade, como sobre o cuidado, e mobiliza uma ideia de maternidade na qual a mãe deve ser responsável pelo seu filho. Apesar de tais comentários, julgamentos e desabafos em torno das mães, as cuidadoras entendem o seu trabalho como uma missão “que não tem ninguém que faça igual” movido pelo amor e comprometimento de ajudar “as mães que precisam”. Tal aspecto dialoga com a etnografia de Esteves (2018), que discute a relação entre a Pastoral da criança e o Estado brasileiro, ao dizer que o “amor”, enquanto caridade, condensaria a sua prática o encontro dos fluxos de recursos, saberes e políticas conferindo-lhe uma moral cristã (ESTEVES, 2018, p.238).

Estas mulheres lidam diariamente com a rotina de cuidado das crianças e propus apresentar alguns caminhos para a discussão que envolve os diversos sentidos de cuidado no contexto analisado. Assim como Fernandes (2017) discute, este trabalho realizado por essas mulheres é regulado através de negociações flexíveis, feitas a partir de relações de confiança, que intentam considerar as particularidades e necessidades de cada família. O trabalho de “cuidar” é levado “boca a boca” pelas ruas e becos da comunidade como reflexo de uma trajetória de cuidados de gerações ao longo do tempo. Ao mesmo tempo em que multiplica

o número de crianças no dia a dia das casas pela indicação, também cria uma dupla relação com a vizinhança. O reconhecimento e a denúncia andam lado a lado, e o “boca a boca” divide quem bate à porta. Ora mães de novas crianças de diferentes idades, ora a prefeitura, através de funcionários da Secretaria Municipal de Educação.

Quando o “Estado” bate à porta

Tia Juana e Tia Sueli, juntas, colecionam algumas memórias do dia em que a “prefeitura bateu na sua porta”. As duas experiências foram diferentes, mas carregam um ponto em comum: a suspeita de denúncia de vizinhos. Ao perceber que se tratava de uma visita de fiscalização, Juana sempre os atendeu da porta mesmo, sem permitir a entrada caso não tivesse um “papel” e omitindo o real número de crianças dentro casa. Em tom de revolta, reclama sobre a fiscalização:

Mas eu vou fazer o que? Se as mães precisam trabalhar e não tem com quem cuide? “Eles” não podem vir e aqui e dizer que eu não posso cuidar se a culpa é deles! “Eles” quem deveriam dar creches para essas crianças não é mesmo? Não é culpa minha! Eu estou fazendo um favor para eles. Se querem fechar minha casa porque eles não constroem uma ‘creche do estado’ aqui perto? Eu tenho certeza que são os vizinhos que dão um jeito de denunciar. Estou certa disso. Já que eles nunca ajudam sempre arrumam um jeito de atrapalhar.

Sueli também recebeu os funcionários na porta da sua casa, assim como Juana. No seu caso, acompanhado da visita, também veio a cobrança de várias adequações na casa como, o reboco das paredes, a troca do piso frio por um piso quente, salas para turmas com capacidade para até 10 crianças, cozinha, faxineira, coordenadora pedagógica; um professor por sala com formação em Pedagogia, área do pátio, fazem parte das exigências. Essa visita despertou a sua vontade de transformar o espaço em uma creche “de verdade”, como diz, e aos poucos foi se organizando para cumprir com todas as normas exigidas. Naquele dia,

a funcionária da SMED a instruiu que não poderia passar de nove crianças enquanto funcionasse como uma casa de “cuida-se”. Para Juana deixar os funcionários entrarem significava estar diante das regras, normas e exigências, burocracias e documentos como guia para os próximos passos. Sendo assim, era preciso repensar articulações e, também, estabelecer novas formas de agir.

A informação sobre o limite de nove crianças era difundida entre as casas de “cuida-se” visitadas e, também na vizinhança. Cida, Sueli e Juana estão cientes dessa regulamentação sobre os seus espaços de cuidar crianças em casa e cada uma, do seu jeito, repensa novos rumos. Enquanto Juana fecha a porta da sua casa para funcionários sem “papel”, Cida orienta as novas mães a fim de evitar qualquer tipo de problema com as fiscalizações. Ela explica:

Que nem a Mel, ela não ganhou vaga na creche, então o que nós vamos fazer? As crianças novas que estão entrando a gente orienta: façam o pedido da vaga e como dá negado, a gente pega. Porque aí tem esse ‘papel’ para comprovar que ela foi na “creche do estado” e não conseguiu e o que eu posso fazer? Eles têm que entender que eu estou fazendo o trabalho deles. Alguém tem que cuidar dessas crianças. Daí se aparecer alguém aqui, conselho tutelar ou coisa parecida eu tenho como provas que elas tentaram a vaga, mas não conseguiram.

Tais articulações surgem com a finalidade de evitar que continuem sendo alvo de futuras fiscalizações e o “Estado” bata na sua porta novamente. As cuidadoras ora omitem a real quantidade de crianças em casa como Juana, ora fazem alterações no modo de funcionamento, ou criam documentos próprios que comprovem a sua atuação. Seja sob a ameaça de fechamento, seja sob a ameaça de readequações às exigências da prefeitura em relação a esse tipo de estabelecimento. As autoras Marques e Leal (2018), na introdução de coletânea intitulada “Alquimias do Parentesco”, escrevem como

Por muitas razões as casas não se podem fechar para o mundo e, pelo contrário, se compõem com suas múltiplas influências. Uma vez que no mundo se encontram meios de nele perseverar sem sucumbir a ele, não há modo de enfrentá-lo sem conhecê-lo e, para conhecê-lo é preciso se movimentar por ele. Não há como capturá-lo sem ser capturado em alguma medida (MARQUES; LEAL, 2018, p.44).

De alguma maneira, essas mulheres vão recriando outras normas de como as suas casas funcionam no dia a dia, a depender da negociação entre as suas limitações e as necessidades das mães que batem à sua porta. A discussão sobre as exigências legais sobre o funcionamento dos “cuida-se” reflete como o Estado se faz presente mais uma vez na vida dessas mulheres. Batchold (2016), em etnografia que discute “quando o estado encontra suas margens” a partir de um mutirão da estratégia de busca ativa no estado do Pará, contribui ao apontar como, por meio da burocracia, o estado se empenha em classificar o que “de fora” para “dentro”, em tornar o não conhecido em legível, em conhecer e codificar tudo o que ocorre no seu território – e, também, em suas margens (BATCHOLD, 2016, p.278).

A alteração nas resoluções apresentadas vistas no início deste artigo, independentemente do número de crianças (argumento recorrente na fala das cuidadoras sobre a sua liberdade de atuação) - considera como fora da fiscalização e condiciona as casas de cuida-se a uma zona entre o permitido/não permitido, regulamentado/não regulamentado, dentro/fora da norma. Dessa maneira, as casas estão localizadas nas brechas do que “o estado não faz” em cuidar das crianças, ao mesmo tempo em que são passíveis de fiscalizações que podem impedi-las de funcionar. Qual seria outra opção possível para essas mulheres que vivem nessas comunidades? Nessas “margens” conhecer os caminhos possíveis, as brechas, as inconsistências da lei, conhecer o estado também se mostra como uma questão de sobrevivência diante da pauta sobre o acesso a uma vaga em creche, em um lugar onde a estrutura existente não contempla a comunidade em sua realidade,

principalmente quanto mais alto e distante do asfalto subirmos pelas vielas do morro. Assim como Bachtold (2016), aqui também questiono: o que tornaria essas pessoas invisíveis, senão a própria escolha do Estado em não as enxergar? Ou melhor:

O esforço do estado em localizar seus “invisíveis” e registrar suas informações não se dava em uma única direção; o desejo de conhecimento era mútuo, também compartilhado pelas pessoas às margens que, constantemente, questionavam as regras e diretrizes oficiais, aventavam suspeitas para as perguntas não respondidas, criavam novos documentos, iam à luta reivindicar seus direitos e, dessa forma, colonizavam o estado que a elas se mostrava (BACHTOLD, 2016, p.297).

O Estado, quando bate à porta por meio dos seus funcionários, reflete um dos muitos processos de racionalização dos serviços de Estado, ao produzir legalidades e, também, ilegalidades. Dessa maneira, reflete uma das facetas das ações estatais e se faz presente na vida dessas mulheres não somente a partir das denúncias de pessoas próximas. Há vários indícios da atuação estatal presente tanto nas suas falas como no seu cotidiano, seja pelo “cardápio de creche” para o almoço, ou pela semana de adaptação das crianças, ou um “papel” que comprove a inscrição como parte de um vocabulário emprestado do que elas chamam de “creche do estado”. Nesse sentido, as casas de cuida-se funcionam nas brechas do regulamento/não regulamentado, nas quais são as próprias regras e exigências que produzem essas fronteiras de quem está dentro e de quem está fora, ao mesmo tempo em que também produzem outros modos de existir e funcionar.

(Re) pensar as fronteiras

Nas casas de cuida-se, conhecemos o trabalho de cuidar, de criar realizado por mulheres moradoras da comunidade do Morro da Polícia e do Campo da Tuca. Esse encontro etnográfico possibilita refletir sobre essas encruzilhadas entre cuidado e ensino, o educar e o cuidar, tanto dentro das casas de cuida-se quanto nos órgãos de fiscalização envolvidos

com a pauta no município. Refletir sobre a atuação desses espaços evidencia as negociações envolvidas entre as normas estatais, as normas da vizinhança e da família, e rotina de funcionamento de cada casa. Dessa maneira, educar e cuidar aparecem como categorias morais acionadas de diferentes formas na tentativa de mapear outros valores que envolvem o cuidado nas casas.

Tentei abordar ao longo do texto como a relação entre as cuidadoras, as famílias, os afetos e o Estado produz uma economia moral dos cuidados a partir de valores e afetos que são construídos por diversos fatores. Tais como a disposição dos espaços domésticos no interior da casa, pelo vínculo resultante do ato de alimentar, dar e compartilhar comida, pelo tempo compartilhado de convivência na casa e em outros espaços, pelo compromisso e pagamento da quantia combinada, pela vizinhança e pelos rumores que ecoam pelas ruas que constrói a reputação das cuidadoras. Tal relação gerencia moralidades sobre a maternidade que são produzidas e reconfiguradas a todo momento e ajudam a mapear como circulam nessa trama. As expectativas das mães sobre um “bom cuidado” revelam uma familiarização das casas de cuida-se, onde reverbera nas mães a ideia de cuidar como se fosse uma mãe. Portanto, refletir sobre o dinheiro, a intimidade, confiança, convivência, cuidado, criação, alimentação e a construção das casas são aspectos que produzem vínculos familiares dentro desses espaços.

Ao refletir sobre as práticas de cuidado no cotidiano das casas, analisei como o contexto diário envolve articulações sobre a divisão de comida, negociações com o trabalho e a intimidade, os “calotes” e os cuidados que extrapolam os espaços da casa. Por essa razão, as casas são vistas enquanto processos que são dinâmicos, seja pelo fluxo de crianças que oscila de tempos em tempos, seja pelo desempenho de outras tarefas de cuidado que vão além dos muros da casa. Nesse contexto que envolve o cuidado infantil na esfera íntima e privada de suas próprias casas, as cuidadoras encontram-se no ponto de encontro entre o afeto e os constrangimentos causados pela falta de pagamento e dos “calotes”. Argumento que o dinheiro também gerencia moralidades em torno

da maternidade, em torno da mãe que paga para outra mulher cuidar do seu filho, e, também, em torno da mulher que deixa de pagar pelos cuidados da criança que é “cuidada e alimentada”.

Apesar da tentativa de considerar as casas de cuida-se como “alternativa” à demanda pelo cuidado na grande região no Bairro Partenon em Porto Alegre, onde estão localizadas as comunidades em questão, entendo a importância de problematizar e questionar para quais famílias a dinâmica de funcionamento dos “cuida-se” são consideradas práticas possíveis. Para muitas famílias são as práticas possíveis, principalmente em regiões que carecem da presença suficiente de instituições tanto do município quanto comunitárias. Já para as famílias que ganham em média um salário mínimo, o valor que pode variar entre duzentos e trezentos reais mensais por criança não é uma alternativa possível. Tais apontamentos são relevantes para discutir como o Estado estrutura dinâmicas locais diversas. Mesmo ciente de tais questões destaco que a potência da etnografia está em rastrear essas práticas, como as casas de “cuida-se” que indicam parte de uma vida em movimento de um cotidiano pelas ruas e becos dos morros. A realidade ainda presente de crianças que não conseguem vaga em creche reflete não apenas a articulação de mães entre instituições em busca de uma solução para essa pauta, reflete também como essa pauta estrutura dinâmicas locais diversas na capital gaúcha, juntamente com as negociações constantes de mulheres e famílias que sobrevivem “fazendo o que o Estado não faz” em “cuidar do filho dos outros”.

Referências bibliográficas

ABRAMS, Philip. “Notes on the difficulty of studying the state”. In: *Journal of Historical Sociology*, vol. 1, p.58-90, 1988.

ARCO NETO, Nicolau Della Bandera. *A educação vem de casa: família e escola na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2017.

- CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. (eds). *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CARSTEN, JANET. "The substance of kinship and the heat of the heart: Feeding, personhood, and relatedness among malays in pulau langkawi". In: *American Ethnologist*, vol.22, nº2, 1995, p.223-241.
- CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira." In: *Cadernos de pesquisa*, nº 37, p. 5-16.
- BACHTOLD, Isabele Villwock. "Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará". In: *Horizontes Antropológicos*, nº 46, p.273-301.
- BILAC, Elisabeth. "Família: algumas inquietações". In: CARVALHO, Maria do Carmos Brant (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2004.
- ESTEVES, Uliana. "Expandindo a "missão": articulações para a (inter) nacionalização de uma "rede de solidariedade"". In: *Horizontes Antropológicos*, nº 52, p. 223-248.
- FASSIN, Didier, "Can States be Moral? Preface", In: Didier Fassin(ed), in *At the Heart of the State: The moral World of Institutions*, London. 2014, p. viii-ix.
- FERNANDES, Camila. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
- _____. *Ficar com: Parentesco, Criança e Gênero no cotidiano*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. Niterói, 2011.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez editora, 1995.
- _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- _____. "Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros". In: *Psicologia USP*, vol.13, nº 2, 2002, p.49-68.
- MARCELIN, Louis Herns. "A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano". In: *Mana*[online], vol.5, nº2, 1999, p.31-60.
- MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha; LEAL, Natacha Simeí. "Introdução: Alquimias do parentesco" In: MARQUES, A. C. D. R.; LEAL, N. S. (orgs), In: *Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Rio de Janeiro: Gramma/ Terceiro nome, 2018, p.23-63.
- MCCALLUM, Cecilia; BUSTAMANTE, Vania. "Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia". Etnográfica. In: *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, vol. 16, nº 2, 2012, p.221-246.
- MORENO, Alessandra Zorzetto. "O "dar a criar" e o "viver em lares alheios": olhares historiográficos". In: *Vivendo em lares alheios: filhos de criação e adoção em SP colonial e em Portugal (1765 -1822)*. São Paulo: Anna Blume, 2013.
- SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editora Autores Associados/FAPESP, 1996.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos. "Apresentação Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal". In: *Revista Antropologia, USP*, vol. 55, nº 2, 2012, p. 559-564.
- VIANNA, Adriana, Juliana Farias. "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional." In: *Cadernos Pagu*, nº 37, 2011, p.79-116.
- ZELIZER, Viviana. *A negociação da intimidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.